



*República de Angola*  
*Ministério do Ambiente*

## GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA

---

### COMUNICADO DE IMPRENSA SOBRE “QUEIMADAS”

Notícias postas a circular na “mídia” internacional, sobre as queimadas que ocorrem na floresta da amazónia, ecoaram nas redes sociais e noutros círculos em Angola, porque fazem uma comparação do número de incêndios (queimadas) no Brasil com aqueles que ocorrem no nosso País.

Aliás, esta foi também a “lead” utilizada pelo Ministro do Ambiente da República Federativa do Brasil, Sr Ricardo Salles, nas suas redes sociais.

Outra nota de realce deve ser feita à informação veiculada pelo site “Bloomberg”, no dia 24 de Agosto de 2019, segundo a qual, citamos “*Angola registou 6.902 incêndios nas últimas 48 horas, em comparação com 3,3 mil da República Democrática do Congo e 2.127 queimadas no Brasil*, fim de citação.

As ocorrências detectadas pelo satélite do MODIS (*Espectro radiómetro moderado de definição da imagem*) - se utilizadas apenas como estatísticas (número de casos) podem levar a uma dramatização da situação, e desinformar os mais incautos, pois as informações que ele fornece carecem sempre de validação *in situ*, a fim de aferir que ocorrências devem consideradas e quais descartar, em função da sua magnitude.

Acontece que, nesta época do ano, em várias regiões do nosso País estão a acontecer queimadas que as populações camponesas empregam na fase de preparação das terras para o cultivo, dado o aproximar da estação das chuvas, prática que apesar de não ser a mais aconselhável, é usual, secular.

Por outro lado existe uma significativa produção de carvão vegetal em quase todas as províncias.

Com isso pode acontecer que o MODIS registre a ocorrência de vários pequenos fogos resultantes da preparação de terras para a agricultura. Por outro lado, como para a produção do carvão os fornos podem durar entre duas a seis semanas, o



MODIS registará todos os dias que um forno estiver a funcionar como sendo diferentes e sucessivas queimadas.

O Ministério do Ambiente em estreita coordenação com o Ministério da Agricultura e Florestas e outros parceiros, têm estado a trabalhar com as populações rurais a fim de inculcar nelas os conceitos e o conhecimento necessário para gestão sustentável das florestas comunitárias e mostrar os benefícios resultantes da sua preservação.

A título de exemplo podemos citar o “**Projecto de Carvão Vegetal Sustentável...**”, que está a ser implementado há dois anos, envolvendo comunidades de aldeias nas Províncias do Cuanza Sul e do Huambo (*corredor rodoviário Luanda-Huambo*) por terem sido identificadas como áreas de elevado índice de desflorestação, cujo objectivo é a eficiência no aproveitamento dos recursos florestais.

Reconhece-se, entretanto, que, tal como em muitos países da África subsaariana, há uma elevada perda de florestas nativas no nosso país, resultante de fogos descontrolados, com origem diversa, principalmente a caça, por deficiência da consciência ambiental e debilidades do sistema de fiscalização.

A aplicação criteriosa da Lei de Bases das Florestas e Fauna Selvagem (*Lei 6/17 de 24 de Janeiro*) e afins, combinadas com a implementação de programas de educação ambiental, principalmente as áreas peri-urbanas e rurais, permitirá colmatar as lacunas existentes na preservação do património natural que as florestas albergam por excelência.

O Ministério do Ambiente agradece o conjunto de vozes que ecoaram para reclamar a protecção das nossas florestas, reconhece que precisamos intervir com eficácia na prevenção de queimadas, e assegura que apesar de exigir uma intervenção eficiente, a situação das queimadas no nosso país está longe de assumir proporções incontroláveis, como se tentou induzir.

**Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do MINISTÉRIO DO AMBIENTE, em Luanda, aos 26 de Agosto de 2019**

